

RECURSO ESPECIAL Nº 1.689.593 - RJ (2017/0190245-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : FABIANO RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRENTE : FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXERCITO - FHE
RECORRIDO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXERCITO - FHE, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fls. 129/132, e-STJ):

EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. FHC-FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO. SFH - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. DESCABIMENTO. SEGURO OBRIGATÓRIO. VENDA CASADA. NÃO DEMONSTRAÇÃO. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

1 - A jurisprudência hodierna do Superior Tribunal de Justiça se orienta no sentido da possibilidade de capitalização anual de juros, no âmbito do SFH-Sistema Financeiro de Habitação, por se tratar de regra geral que independe de pactuação expressa. Referido julgamento restou assim ementado: "RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. SFH. CAPITALIZAÇÃO ANUAL DE JUROS. POSSIBILIDADE. ENCARGOS MENSAIS. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO. ART. 354 CC 2002 ART. 993 CC 1916.. 1. Interpretação do decidido pela 2ª Seção, no Recurso Especial Repetitivo 1.070.297, a propósito de capitalização de juros, no Sistema Financeiro da Habitação. 2. Segundo o acórdão no Recurso Repetitivo 1.070.297, para os contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação até a entrada em vigor da Lei 11.977/2009 não havia regra especial a propósito da capitalização de juros, de modo que incidia a restrição da Lei de Usura (Decreto 22.626/33, art. 4º). Assim, para tais contratos, não é válida a capitalização de juros vencidos e não pagos em intervalo inferior a um ano, permitida a capitalização anual, regra geral que independe de pactuação expressa. Ressalva do ponto de vista da Relatora, no sentido da aplicabilidade, no SFH, do art. 5º da MP 2.170-36, permissivo da capitalização mensal, desde que expressamente pactuada. 3. No Sistema Financeiro da Habitação, os pagamentos mensais devem ser imputados primeiramente aos juros e depois ao principal, nos termos do disposto no art. 354 Código Civil em vigor (art. 993 Código de 1916). Entendimento consagrado no julgamento, pela Corte Especial, do Recurso Especial nº 1.194.402 -RS (Relator Min. Teori Albino Zavascki), submetido ao rito do art. 543-C. 4. Se o pagamento mensal não for suficiente para a quitação sequer dos juros, a determinação de lançamento dos juros vencidos e não pagos em conta separada, sujeita apenas à correção monetária, com o fim exclusivo de evitar a prática de anatocismo, encontra apoio na jurisprudência atual do STJ. Precedentes. 5. Recurso especial provido." (REsp 1095852/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI,

SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe 19/03/2012).

2 - Alinha-se, a 5ª. Turma Especializada, ao recente entendimento do STJ, no sentido de admitir a capitalização anual de juros, e somente esta, nos contratos celebrados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. Pela análise da cláusula 6ª do Contrato de Financiamento (v. fl. 60) a capitalização dos juros é feita mensalmente. Como se vê, resta comprovada a ocorrência de amortização negativa, que deve ser afastada. No entanto, tais valores são devidos. Os juros impagos deverão ser computados em separado, acrescidos tão-somente de correção monetária, sujeitando-se à capitalização anual e não mensal. Já as parcelas de capital que não se amortizarem devem ser lançadas no saldo devedor do contrato.

3 - No que se refere à alegação de "venda casada", por força do seguro de vida contratado, tal arguição já não procede. Com efeito, tal securitização é obrigatória, no âmbito do S.F.H. A imposição da contratação de seguro nos contratos habitacionais firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação foi instituída pela Lei 4.380/64 (art. 14), com previsão, também, no parágrafo único do art. 2º da Lei 8.692/932. O valor e as condições do seguro habitacional são previstos no contrato, de acordo com as normas editadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP -, órgão responsável pela fixação das condições gerais e limites das taxas de seguro. De qualquer modo, a alegação de "venda casada" não restou comprovada, o que ocorreria, "v.g.", com a demonstração de recusa do agente financeiro em aceitar outra seguradora, conforme vem se orientando a 5ª. Turma Especializada, sobre a questão: "SFH. REVISÃO CONTRATUAL. AGRAVO RETIDO. CDC. PES/CP. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. TR. SEGURO. JUROS ANUAIS. TABELA PRICE. ANATOCISMO. EXPURGO DE AMORTIZAÇÕES NEGATIVAS. HONORÁRIOS. (...) 6. O seguro vinculado aos contratos de mútuo habitacional não se destina apenas a cobrir danos físicos ao imóvel, mas também a morte e invalidez permanente dos mutuários, bem como a responsabilidade civil do construtor. Em razão disso, teve seu valor fixado pelo CMN, pelo BACEN e, atualmente, pela SUSEP, e o cálculo do seu valor se dá em função do imóvel, das características pessoais dos mutuários (faixa etária), e não da prestação. 7. O STJ já pacificou o entendimento de que é possível a livre contratação do seguro habitacional (Súmula 473). No entanto, a mera alegação de venda casada não afasta a obrigatoriedade do pagamento dos prêmios e o pedido de livre contratação somente pode ser considerado com a demonstração de recusa do agente financeiro em aceitar outra seguradora ou com a apresentação de proposta válida que observe as condições legais do SFH. (...) 12. Agravo retido não conhecido. Apelações providas, em parte. (AC 200051020064960, Desembargador Federal MARCUS ABRAHAM, TRF2 - QUINTA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data::08/10/2013.)

4 - Apelação de FABIANO RODRIGUES DA SILVA parcialmente provida.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (fls. 176/205, e-STJ), a recorrente aponha ofensa aos artigos 422, § 1º, do CC/02; e 3º, III e IV da CF/88.

Sustentam, em síntese, que "o contrato, por meio de suas Normas e Condições, traz claramente os índices que são aplicados".

Afirma, ainda, que "agiu, nos termos à ela estipulado no Sistema de Financiamento Habitacional, dando ciência ao Recorrido de todas as taxas aplicadas,

recebendo este sua parte ao final do contrato, o financiamento. Todavia, ao cumprir sua obrigação, veio questionar as taxas aplicadas, com o simples argumento de falta de clareza nas cláusulas contratuais" (e-STJ, fl. 186).

Contrarrazões apresentadas às fls. 303/308 (e-STJ).

Após a decisão de admissão do recurso especial (fls. 328, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. Na hipótese, destaca-se que o acórdão recorrido foi publicado antes da entrada em vigor da Lei nº 13.105/2015, pelo que o recurso em análise está sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme o Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

2. Inicialmente, cumpre dizer o recurso especial não se presta ao exame de suposta violação a dispositivos constitucionais, por se tratar de matéria reservada à análise do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, da Constituição da República.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. DESAPROPRIAÇÃO. JUROS MORATÓRIOS. PARCELAMENTO. ACÓRDÃO COM ENFOQUE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO NA VIA ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...) 3. Descabe, na via eleita, a revisão de acórdão com fundamento eminentemente constitucional, por ser competência exclusiva do STF em sede de recurso extraordinário (art. 102, da Carta Política de 1988).

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1.075.747/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 01.06.09).

3. Com efeito, depreende-se dos autos que o conteúdo normativo do artigo 422 do CC/02, não foi objeto de exame pelo acórdão recorrido, razão pela qual, incide, na espécie, o óbice inscrito na Súmula 211/STJ, ante a ausência de prequestionamento.

Tampouco cabe falar em prequestionamento ficto face ao art. 1025 do NCPC.

Nos termos da jurisprudência desta Casa, para se possibilitar a sua incidência, cabe a parte alegar, quando de suas razões do recurso especial, a necessária ofensa ao art. 1022 do NCPC de modo a permitir sanar eventual omissão através de novo julgamento dos aclaratórios, caso existente, o que não foi feito no presente feito.

Tal como dito, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

4. Ressalta-se, o óbice da falta de prequestionamento também impede o conhecimento do recurso especial interposto com base na alínea "c" do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Os recursos especiais interpostos com base na alínea "c" do permissivo constitucional não dispensam o necessário prequestionamento da questão jurídica, o que não ocorreu no presente caso, pois é impossível haver divergência sobre determinada questão federal se o acórdão recorrido nem mesmo emitiu juízo de valor acerca da matéria jurídica.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1036444/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 14/08/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO TEMA. SÚMULA 282/STF.

1. A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Precedentes do STJ. 2.

Para fins de prequestionamento, não é suficiente que a matéria tenha sido suscitada pelas partes na apelação ou nos embargos de declaração, mas que o acórdão recorrido tenha se manifestado a seu respeito. Precedentes do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1043563/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 13/06/2017)

Ademais, a recorrente não logrou demonstrar a divergência jurisprudencial nos moldes exigidos pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Isto porque a interposição de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional reclama o cotejo analítico dos julgados confrontados a fim de restarem demonstradas a similitude fática e a adoção de teses divergentes, máxime quando não configurada a notoriedade do dissídio.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ASSOCIAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROPOSITURA. LEGITIMIDADE ATIVA. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO.

1. A divergência jurisprudencial, nos termos do artigo 266, § 1º, c/c o artigo 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração com a transcrição dos trechos dos julgados que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo como bastante a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

2. Se não realizado o cotejo analítico ou se ausente a similitude de base fática entre os arestos comparados, não há como se caracterizar a divergência jurisprudencial.

3. Tratando-se de hipótese em que, reconhecidamente, a questão de fundo

encontra-se fulminada pela prescrição, fica patente a intenção, com a interposição dos presentes embargos de divergência, de se utilizar desta Corte como órgão consultivo, o que não se admite.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EREsp 1213614/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/04/2016, DJe 18/04/2016)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA CUMULADA COM NULIDADE DE DUPLICATAS E CANCELAMENTO DE PROTESTO. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. DECISÃO MANTIDA.

1. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento.

Incidência das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7/STJ).

3. No caso concreto, o Tribunal de origem baseou-se nos fatos e nas provas dos autos para concluir pela falta de comprovação dos eventos alegados pela agravante na inicial.

4. O conhecimento do recurso especial, interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, exige, além da indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, a demonstração do dissídio, mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados e a realização do cotejo analítico entre elas, nos termos definidos pelos arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC/1973.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 385.139/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 12/05/2017)

5. Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso especial, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c súmula 568/STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator